



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**Ofício nº 086/2023 – GPGJ**

**Aracaju, 19 de janeiro de 2023.**

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **Luciano Bispo de Lima**  
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe  
**Aracaju/SE**

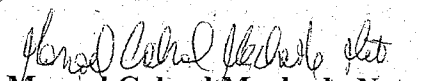
**Assunto:** Encaminhamento.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Cumprimentando-o cordialmente, nos termos do art. 35, I, “d”, da Lei Complementar nº 02/1990, encaminhamos a Vossa Excelência o **Projeto de Lei** anexo, aprovado pelo Colendo Colégio de Procuradores de Justiça, através da **Resolução nº 002/2023 – CPJ**, datada de 19 de janeiro de 2023, que “*revê o vencimento básico dos Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas*”.

Reiterando votos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

  
**Manoel Cabral Machado Neto**  
**Procurador-Geral de Justiça**

**Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça**

**ALESE/SGM**  
**RECEBIDO**

Em, 20/01/2023

  
Assinatura

**Márcia Cardoso Silva**  
Chefe de Gabinete/SGM





MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**RESOLUÇÃO Nº 002/2023 – CPJ  
DE 19 DE JANEIRO DE 2023**

Aprova **Projeto de Lei** que “revê o vencimento básico dos Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências correlatas”.

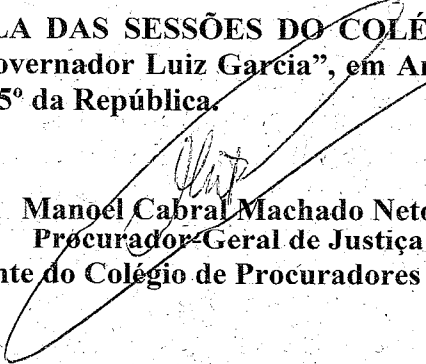
O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar nº 02/1990,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica aprovado o Projeto de Lei anexo que “revê o vencimento básico dos Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências correlatas”.

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se disposições em contrário.

**SALA DAS SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, Edifício “Governador Luiz Garcia”, em Aracaju, 19 de janeiro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.**


  
**Manoel Cabral Machado Neto**  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

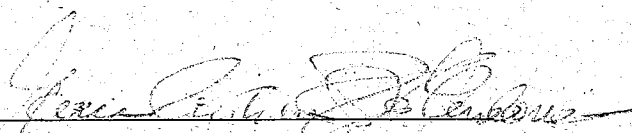


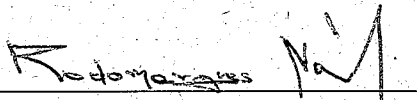


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

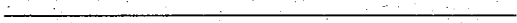
**PROCURADORES DE JUSTIÇA:**

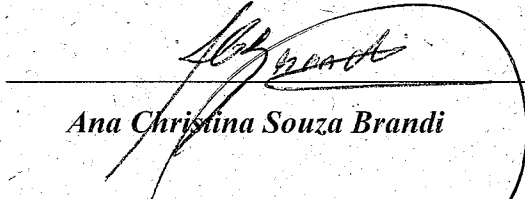
  
José Carlos de Oliveira Filho

  
Maria Cristina da G. e S. Foz Mendonça

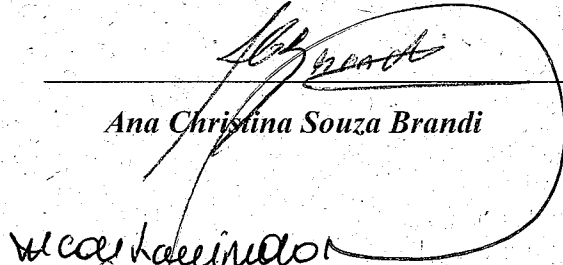
  
Rodomarques Nascimento

  
Luiz Valter Ribeiro Rosário

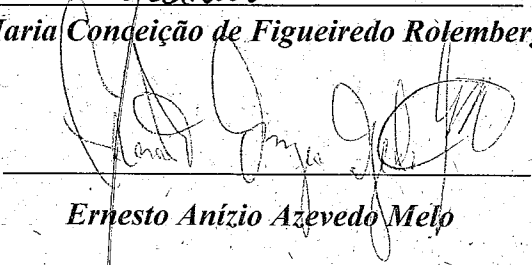
  
Josenias França do Nascimento

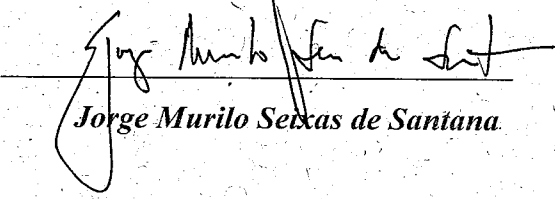
  
Ana Christina Souza Brandi

  
Celso Luís Dória Leó


  
Maria Conceição de Figueiredo Rólemberg

  
Carlos Augusto Alcântara Machado

  
Ernesto Anízio Azevedo Melo

  
Jorge Murilo Seixas de Santana

  
Paulo Lima de Santana

  
Eduardo Barreto d'Avila Fontes

  
Luiz Alberto Moura Araujo





MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**PROJETO DE LEI Nº**  
**DE DE DE 2023**

Revê o vencimento básico dos Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Os valores dos vencimentos básicos dos Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe ficam revistos, no percentual de 6% (seis por cento), a partir de 1º de janeiro de 2023.

**Parágrafo único.** Estende-se às Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas – VPNI a revisão estabelecida no *caput* deste artigo.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei devem correr à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento do Estado para o Ministério Público, no exercício de 2023.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Aracaju, de de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

**FÁBIO CRUZ MITIDIERI**  
**GOVERNADOR DO ESTADO**





MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**PROJETO DE LEI**  
**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

*Senhor Presidente,  
Senhoras Deputadas,  
Senhores Deputados,*

No exercício da autonomia funcional e administrativa assegurada pelo art. 127, § 2º, da Constituição Federal e art. 116, § 5º, da Constituição Estadual, o Ministério Público do Estado de Sergipe encaminha a essa Augusta Assembleia Legislativa **Projeto de Lei** que concede **revisão anual** dos valores do vencimento básico dos cargos efetivos do quadro de pessoal dos seus serviços auxiliares, em perfeita sintonia com o disposto na parte final do inciso X, do art. 37, da Constituição Federal e com lastro em sedimentada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

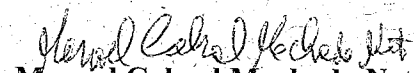
A presente proposta tem por objeto rever os valores do vencimento básico dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado de Sergipe e o valor das Vantagens Pessoais Nominalmente Identificáveis – V.P.N.I., no percentual de 6% (seis por cento), a partir de 1º de janeiro de 2023.

O percentual de revisão de que trata o presente Projeto de Lei pretende minimizar a perda do poder aquisitivo dos servidores desta Instituição e não foi estendida para os cargos em comissão e funções de confiança.

Assim expostos os motivos que nos moveram a encaminhar este Projeto de Lei, convictos de que os ilustres membros do Poder Legislativo, habitualmente sensíveis aos pleitos do Ministério Público, haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, aguardamos sua acolhida e aprovação.

Colhemos o ensejo, para reiterar a Vossas Excelências protestos de elevada estima e distinta consideração.

Aracaju, 19 de janeiro de 2023.

  
**Manoel Cabral Machado Neto**  
Procurador-Geral de Justiça

**Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aleselegis.al.se.leg.br/splautenticidade> utilizando o identificador 380031003700350037003A005000

Assinado eletronicamente por **Carlos Miguel Ramalho de Araujo** em 23/02/2023 09:14

Checksum: **B85B2EBE076E65E70B59E8A74A496C9B659F41846A96D767E417B5CDC31F6ACA**



Atente-se: para autenticar o documento em <https://aleselegis.al.se.leg.br/splautenticidade> com o identificador 380031003700350037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.